



E. Mariano e M. Paulo lançam “Infertilidade, Fertilidade: Áreas Escondidas do Nosso Quotidiano?”

Este livro surgiu da ideia de juntar os resultados de pesquisas relativas às temáticas da sexualidade, reprodução, saúde e doença que realizámos no sul de Moçambique (bairro de Mafalala, cidade de Maputo; distritos de Matutuíne e Magude, província de Maputo) e de partilhar as nossas experiências com um público mais vasto.

Pág. 3

Avaliação Social Combinada de Pobreza e Género em Moçambique

Trata-se de uma Avaliação Social Combinada sobre Pobreza e Género em Moçambique, realizada por uma equipa sob tutela do DAA, produzida para o Banco Mundial no âmbito das suas atribuições e visa proceder a um exame qualitativo e quantitativo da evolução da pobreza em Moçambique. Especificamente, a pesquisa orientou-se com base em duas grandes preocupações: (i) pobreza e vulnerabilidade e (ii) os efeitos das políticas públicas. A análise dessas preocupações integrou sempre a dimensão de género.

Pág. 6

A tradição do festival DOCKANEMA 2009

Estudantes e docentes de Antropologia participaram nesta edição, a qual proporcionou a visualização de múltiplas realidades, seus ambientes políticos e sociais. Com particular embate registou-se a abordagem à questão do HIV-SIDA, onde se evidenciaram vivências similares e contrastes entre as realidades de Moçambique e Brasil.

Pág. 11

Ficha Técnica

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Arqueologia e
Antropologia

GAZETA N° 02 – Dezembro de 2009

Contacto

Av. Julius Nyerere
 Campus Universitário Principal, 3453
 Caixa Postal: 257
 Tel/Fax: (+258) 21410138
 Website: <http://www.flcs.uem.mz>
 Maputo, Moçambique

Apoios:

Programa DESAFIO/VLIR – Grupo “Género,
 Saúde e Assuntos de Família – FLCS-DAA”
 Professor Doutor Emmanuel Babatunde,
 Lincoln University, USA.

Directora: Margarida Paulo

Conselho de Redacção: Esmeralda Mariano,
 Elísio Jossias, Margarida Paulo &
 Décio Muianga

Revisão do texto: José Pimentel Teixeira

Composição e paginação: Nelton Gemo

Preço deste número: Gratuito

Impressão: GLOBO, LDA

Distribuição: FLCS-DAA

N° Registo: DISP.REG/GABINFO-DEC/2009

EDITORIAL

Esta é segunda edição da Gazeta do DAA. A primeira edição foi lançada via internet em Novembro de 2008 (pode ser consultada na página da FLCS: www.flcs.uem.mz).

Nesta segunda edição esperamos ter melhorado os resultados. Tanto ao nível da apresentação gráfica como quanto ao seu conteúdo informativo. Através de apoio proporcionado pelo Professor Doutor Emmanuel Babatunde, da Universidade de Lincoln (USA), e numa parceria com o Programa DESAFIO/VLIR é-nos possível produzir uma edição impressa e gratuita.

Como referimos no momento inicial da Gazeta do DAA o objectivo desta publicação periódica é o de constituir um espaço de interlocução entre docentes-investigadores do DAA, os nossos discentes, e a comunidade académica em geral, nacional e estrangeira. E, num âmbito mais alargado, com a própria sociedade moçambicana. Nesse sentido aqui divulgamos as investigações desenvolvidas pelos nossos quadros, a decorrer ou já terminadas, procurando o diálogo sobre os seus resultados. E, nesse contexto de apelo ao debate, propomos aos nossos leitores e colegas a connosco partilharem comentários, relatórios, críticas e materiais úteis de divulgação. Pois só nessa conjugação de esforços alcançaremos o nosso objectivo fundamental: partilhar os percursos de investigação, as metas, os sucessos e as fraquezas dos nossos projectos nas diversas áreas. Para com tal reflexão alargada potenciarmos o desenvolvimento dos saberes arqueológicos e antropológicos em Moçambique.

Referimos ainda que, e no sentido da continuidade da produção criativa do saber científico, aqui se confere aos actuais discentes lugar para a participação, apelando em particular à sua produção de recensões críticas de trabalhos directamente ligados ao nosso contexto.

Recordamos que o conceito de saber científico professado pelos quadros do DAA é eminentemente transdisciplinar, cruzando barreiras metodológicas e organizacionais. Nesse sentido desde 2005 que o DAA organiza os seus ciclos de Seminários, já uma tradição no seio da FLCS – e que em 2009 contaram com a colaboração do CEA. Sendo esse um espaço de diálogo, à imagem do que esta Gazeta almeja ser, aqui deixaremos nota sobre os sessões que no último ano foram realizados, e ainda alguns resumos de participações. Não como mera memória do acontecido mas, fundamentalmente, como exemplo do tipo de debate vivo e crítico que procuramos e necessitamos.

Finalmente uma nota sobre a actividade docente do DAA, face à qual as reformas em curso na UEM nos colocam vários desafios. A licenciatura de Antropologia decorre há mais de uma década, e entrará agora no terceiro ano do seu ensino também em regime pós-laboral. A licenciatura de Arqueologia está a ser constituída e iniciar-se-á dentro em pouco. Os nossos quadros leccionam em inúmeras outras licenciaturas e pós-graduações no país. E esperamos iniciar a realização de curso de mestrado no âmbito da Antropologia em 2011, projecto para o qual decorrem os trabalhos de conceptualização e sua operacionalização.

É ainda de realçar que os docentes-investigadores do DAA continuam a sua formação pós-graduada. De momento há seis integrados em projectos de doutoramento (cinco da secção de Antropologia e um da secção de Arqueologia) e quatro em projectos de mestrado (dois de cada secção).

Esmeralda Mariano, Elísio Jossias & Margarida Paulo

Publicações dos Investigadores do DAA

Ana Loforte publicou o artigo *"Sociocultural Factors: Norms of Masculinity and Femininity in The Context of HIV/AIDS in Mozambique"* no livro *"Strong Women, Dangerous Time (HIV/AIDS in Africa)"*, organizado por E. Kalipeni, K. Flynn e C. Pope. (Illinois, Nova Science Publishers, Inc., 2009)

Nesse texto recorda que o SIDA surgiu como uma epidemia, algo que precisava de uma resposta urgente, o que conferiu legitimidade ao estudo da sexualidade. Até então esta entrava no domínio dos estudos da psicologia e biologia, mas fundamentalmente era concebida como sendo universal, homogénea. A partir dos anos 70 estudos feministas (Rosaldo e Lamphere, 1974; Ortner e Whitehead, 1981; MacCormack & Strathern, 1981) colocaram a ênfase nestas problemáticas mas sublinharam a sua relação estreita com os símbolos e significados associados ao género masculino e feminino, ao sexo e reprodução, mas igualmente ao estatuto económico das mulheres, com o exercício do poder e autoridade por parte das mesmas.

Todavia, a existência de profundas diferenças na dinâmica da doença em distintas sociedades e culturas chamam, hoje e cada vez mais, a atenção não só para a sexualidade em si, mas para a diversidade sexual e a sua complexidade, lembrando que a sexualidade e o comportamento sexual são, em todas as culturas, sujeitos aos papéis de género, à construção das identidades sociais e sexuais e, conseqüentemente, experimentados de forma diferente por homens e mulheres. Neste contexto, a pandemia provavelmente ajudou tanto a priorizar este campo como merecedor de investimento e reflexão, como a trazer a preocupação com a construção social actual da sexualidade.

Baseada em estudos sobre a sexualidade e género nas zonas rurais do sul do país, a autora refere que se torna imperativo, entre outros

aspectos, que os programas de promoção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV/SIDA reconheçam a sexualidade em toda a sua dinâmica e diversidade. Um enfoque particular é dado à sexualidade dos jovens, considerando decisivo que os programas lhes proporcionem apoio prático e informação para entenderem e negociarem os actos sexuais. Faz ainda referência à relação intrínseca entre a sexualidade, os valores socioculturais e os mecanismos de controlo social existentes na família e que criam um quadro de referência para construção da identidade feminina e masculina.

Esmeralda Mariano e Margarida Paulo publicaram o livro *"Infertilidade, Fertilidade. Áreas Escondidas do Nosso Quotidiano?"* (Maputo, KULA - Estudos & Pesquisas Aplicadas, 2009).

O livro agrega os resultados de pesquisas sobre as temáticas da sexualidade, reprodução, saúde e doença, realizadas no sul de Moçambique (bairro de Mafalala, Maputo-cidade; distritos de Matutuine e Magude, província de Maputo), intentando partilhar as

experiências e seus resultados com um público mais vasto.

Sob o estímulo de alguns colegas e interessados, pareceu-nos oportuno trazer à superfície uma reflexão sobre questões ainda pouco discutidas tanto no âmbito académico como no contexto das políticas de saúde pública. Entre as quais destacamos a dificuldade e/ou a impossibilidade de conceber e gerar filhos, as estratégias de resolução adoptadas e as suas implicações individuais e sociais. O leitor será conduzido a reflectir sobre os fenómenos abordados, considerando várias abordagens a partir de excertos de trabalhos onde se descrevem as trajectórias e experiências de homens e mulheres. Os aspectos apresentados preocupam os indivíduos e conduzem-nos a explorar áreas "escondidas" do nosso quotidiano, repensando o ser humano no seu corpo biológico, individual, social e político de forma interligada e que se influenciam mutuamente. É nesta perspectiva que as ideias e percepções sobre os valores associados à fertilidade (número de filhos) e infertilidade (ausência ou insuficiente número de filhos) se tornam relevantes.

Porquê falar de (in)fertilidade no contexto actual? Qual é a pertinência do tema no âmbito da Antropologia? A infertilidade permite-nos investigar e perceber que sentidos as pessoas dão a uma situação imprevista e que estratégias adoptam e/ou accionam em relação à falta de filhos.

A fertilidade remete-nos para a importância não só dos filhos mas também do seu número, escondendo razões menos explícitas ligadas à vulnerabilidade biológica – onde se prevê que alguns dos filhos não sobrevivam até à idade adulta –, e de vulnerabilidade socio-económica – onde se espera que os filhos garantam no futuro o bem-estar dos pais.



Os trabalhos socioantropológicos na área da saúde evidenciam as noções dinâmicas e contextuais de saúde e doença e referem-se, de facto, a fenómenos mais complexos que conjugam factores biológicos,

amongst youth in Maputo city”, (CODESRIA, 2008), no qual apresenta o seu trabalho de análise sobre as percepções e práticas da sexualidade entre jovens na cidade de Maputo.



sociológicos, económicos, ambientais e culturais. As pesquisas têm mostrado a sua capacidade de contribuir para a compreensão de fenómenos complexos que, por vezes, são considerados campos de conhecimentos específicos e confinados da biomedicina, tendo-se registado uma progressiva crítica e um questionamento sobre a universalidade da biologia. Existem também evidências em que as categorias biomédicas não respondem adequadamente às experiências do sofrimento individual e do mundo, assim influenciando os estudos socioantropológicos para uma abordagem mais inclusiva quanto à definição das angústias e preocupações dos indivíduos.

Os dois estudos reivindicam a primazia da construção cultural da experiência de quem sofre, o valor e o significado da fertilidade e da infertilidade e o processo de produção de conhecimento dos indivíduos sobre os fenómenos.

Sandra Manuel, apresentou em Maputo (Agosto de 2009) o seu livro **“Loved and Desire: concepts, narratives, and practices of sex**

Publicou também o artigo **“Presentes Perigosos: dinâmicas de risco de infecção ao HIV/Aids nos relacionamentos de namoro em Maputo.”** na revista **“Physis - Revista de Saúde Colectiva”** (Rio de Janeiro, vol. 19, nº. 2, 2009 [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-7331-2009-0002-0000-7-&lng=en&nrm=isso]). Este texto aborda as percepções e práticas sexuais entre jovens no Moçambique pós-colonial e pós-socialista, especificamente na cidade de Maputo. Usando uma combinação de diferentes métodos qualitativos o estudo analisa as relações de namoro. Nestas a relação sexual toma, preferencialmente, a forma de sexo não protegido (sem o uso do preservativo) - “sexo verdadeiro” -, entendida como a recíproca ao amor e à proposta de um compromisso por parte do jovem. Assim, verifica-se um sistema de trocas de presentes, que neste estudo é analisado a partir do quadro teórico desenvolvido por Marcel Mauss no seu “Ensaio Sobre o Dom”. Mas devido ao facto da grande maioria dos jovens que participaram do estudo praticar a monogamia

serial, bem como da existência de parceiros ocasionais com quem o sexo protegido nem sempre é praticado, existem potenciais grandes riscos para infecção com DTSS e HIV/SIDA. Assim, a troca de amor por sexo constitui um presente perigoso pois põe em risco a saúde e a vida desses jovens.

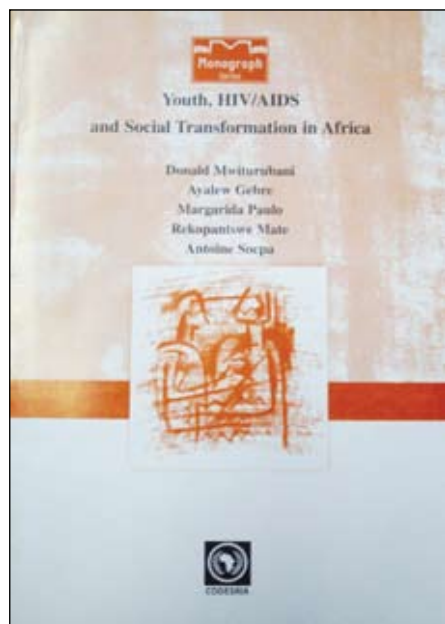
Esmeralda Mariano, em co-autoria com **Brigitte Bagnol** (Antropóloga, pesquisadora na Universidade do Witwatersrand, África do Sul), publicou o artigo **“Cuidados consigo mesma, sexualidade e erotismo na Província de Tete, Moçambique.”** na revista **“Physis - Revista de Saúde Colectiva”** (Rio de Janeiro, vol. 19, nº. 2, 2009 [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-7331-2009-0002-0000-8-&lng=en&nrm=isso]).

Este artigo analisa as noções de estética e de erotismo, e de como estas moldam as formas de preparação do corpo entre as mulheres da província de Tete. Grupos focais e entrevistas individuais permitiram constatar que as mulheres utilizam diferentes produtos para modificar a maneira de sentir os seus corpos e de se prepararem para os actos sexuais. Para além disso, a maioria das mulheres alonga os *labia minora* (pequenos lábios vaginais) desde a infância, modificando o seu corpo de acordo com critérios estéticos, noções de feminilidade e de prazer sexual. Essas intervenções inserem-se num processo de socialização cuja educação integra



componentes de estética, sexualidade, reprodução e sobre a vida em geral. O artigo procura ainda demonstrar a importância das metáforas e das noções de fechado/aberto, seco/húmido, quente/frio, pesado/leve, vida/ morte, riqueza/pobreza, doce/não-doce como simbolismo de género ligado ao erotismo, à reprodução e a concepções estéticas.

Margarida Paulo, publicou o artigo "*Sexuality and HIV/AIDS Among Youth Residents of Mafalala Bairro, Maputo, Mozambique*" no livro coordenado sob chancela CODESRIA "*Youth and Social Transformation in Africa*" (CODESRIA, 2009). O texto analisa a questão da sexualidade



entre os jovens residentes no bairro da Mafalala (cidade de Maputo), procurando contribuir para o melhoramento dos programas educacionais de HIV/SIDA neste local e em outros locais similares. Estes programas educacionais argumentam que a disseminação entre os jovens de informação correcta sobre a infecção e a prevenção do HIV/SIDA é a modalidade preferencial para induzir a tomada de decisões adequadas e a auto-responsabilização sanitária, factores que reduzirão o alastramento do vírus do HIV/SIDA em Moçambique. Intentando compreender as percepções sobre a sexualidade entre os jovens e as

razões que os levam a não aceitarem facilmente as mensagens educacionais sobre "sexo seguro", o artigo centra-se nos vários factores socioculturais que se articulam com este fenómeno.

Adriano Biza, publicou o artigo "*Jovens e Associações em Moçambique: motivações e dinâmicas actuais*" na revista "*Saúde e Sociedade*" (São Paulo, vol.18, nº 3, 2009 [http://www.apsp.org.br/saudesociedade/index.aspx]). Neste abordam-se as dinâmicas associativas dos jovens no Moçambique pós-colonial. O objectivo desta reflexão foi identificar e analisar as motivações de engajamento dos jovens nesses agrupamentos. Baseando-se em aproximações empíricas feitas a duas associações de jovens – Associação Aro Juvenil e Associação Positiva Juvenil – a análise demonstra que a dinâmica associativa de jovens evidencia relações complexas entre identidade, contexto, o privado, o público e o afectivo. Embora existam múltiplas

motivações, a adesão dos jovens a associações conjuga trajectórias e expectativas individualizadas.

A nível discursivo, a entrada na vida associativa representa uma forma de legitimação sociopolítica em resposta a um discurso que considera os jovens passivos e pouco intervenientes na solução dos problemas que os afectam em particular, e à sociedade no geral. A nível das práticas associativas quotidianas os jovens reinterpretam e dão outro sentido às motivações do seu engajamento: para além dos objectivos formais, pretensamente desenvolvimentistas, altruístas e humanitários, o associativismo é uma estratégia de vida e de realização de projectos individuais. Criar uma associação e/ou a ela aderir pode significar maiores possibilidades de acesso e controle a recursos e capitais diversificados como emprego/profissão, dinheiro, trabalho, poder, reconhecimento e prestígio, formações entre outros que de outra forma não seria possível.

Participação em Eventos: Congressos, Seminários e Palestras

Lançamento do livro "Infertilidade, Fertilidade: Áreas escondidas do nosso Quotidiano?"

O lançamento deste livro decorreu no âmbito do ciclo de seminários interdisciplinares em Ciências Sociais e Humanas, organizado pelo DAA e pelo CEA da UEM. Nesse momento a obra, da autoria de Esmeralda Mariano e Margarida Paulo, foi apresentada pelos antropólogos **Carmeliza do Rosário e Emídio Gune**

Seminário "Moçambique Contemporâneo – Historias do Presente", decorrido na Universidade Witwatersrand (África do Sul), organizado em parceria com a WISER e a Escola em Ciências Sociais, África do Sul (29-30 de Maio de 2009).

Este seminário contou com a participação de dois membros do

DAA. **Sandra Manuel**, actualmente doutoranda na Universidade de Londres, apresentou a comunicação "*Youth's sexual negotiation in neo-liberal Mozambique*" e **Euclides Gonçalves**, actualmente doutorando na WISER, apresentou "*The politics of conviviality: local state officials and village notables in Inharrime district, Southern Mozambique*".

IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, "Classificar o Mundo" (Lisboa, 9-11 de Setembro de 2009).

José Pimentel Teixeira participou neste congresso tendo apresentado a comunicação "*Tempo e Ideologia na Indústria do Desenvolvimento. A Reificação dos Informantes*" no âmbito do painel "Antropologia Aplicada: entre saberes e afazeres".

Avaliação Social Combinada de Pobreza e Género em Moçambique

- Províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Gaza

Elaborado pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane para o Banco Mundial Maputo, Julho de 2007

FICHA TÉCNICA

Equipe Principal de Pesquisa:

Alexandre Mate – Investigador Coordenador Principal
Ana Maria Loforte – Investigadora Coordenadora da Componente Qualitativa
Carlos Arnaldo – Investigador Coordenador da Componente Quantitativa
Joel Das Neves Tembe – Investigador Principal
Johane Zonjo - Investigador
Danúbio Lihaha – Investigadora
Sandra Manuel - Investigadora
Elísio Mazive – Especialista Componente Quantitativa

Assistentes de Pesquisa:

Arrissis Mudender, Atumane Rocha, Camuzumba Nicasse, Celso Inguane, Francisco Pantie, Lídia Muthemba, Maria Josefina Consolo, Ruben Taíbo

Supervisores Quantitativos de Campo:

Adérito Machava, Diocleciano Muaramuassa, Rafael da Câmara, Serafim Alberto

Inquiridores:

Dário Figueiredo Dias, Emília Pinto, Geraldo Macário, Jamal Abudo Lina Patúa, Mário Mungoi, Remígio Sicote, Sónia Pedro

Digitadores:

Ana Maria Cumbe, Bonifácio Amanze, Manuel Pung

Agradecimentos

A equipe do DAA, responsável pela realização deste estudo, gostaria de agradecer às pessoas e instituições que directa ou indirectamente, o tornaram possível. Em primeiro lugar ao Banco Mundial, que encomendou o estudo, nas pessoas de Louise Fox, Dan Owen, Kathleen Van Den Broeck, Hakon Nordang e Rui Benfica. Aos responsáveis das instituições a nível local, nomeadamente: administradores dos distritos e respectivos secretários permanentes, presidentes das localidades, chefes dos postos, secretários dos bairros, régulos, chefes de quarteirão e aos responsáveis e funcionários das diversas direcções provinciais e distritais, pelo apoio e acompanhamento permanentes ao longo do trabalho de campo. Gostaríamos também de deixar expressa a nossa gratidão aos motoristas e guias de campo que trilharam conosco inúmeros e muitas vezes insondáveis percursos. Uma palavra também para os incansáveis assistentes de pesquisa, inquiridores e digitadores, pela entrega e qualidade do seu trabalho árduo.

Uma palavra também para os funcionários do Departamento de

Arqueologia e Antropologia, especialmente ao Sr. Joaquim Miguel e a Dona Amélia Porfírio pelo apoio administrativo na planificação, organização e execução logística desta pesquisa.

Finalmente, aos agregados familiares entrevistados e toda a população em geral das províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Gaza, que de uma forma extraordinariamente humana nos acolheu e conosco partilhou as suas preocupações e problemas, mas também alegrias e sonhos. Esta pesquisa é sobretudo sobre eles e para eles.

Sumário Executivo Contextualização

O estudo constitui uma Avaliação Social Combinada sobre Pobreza e Género em Moçambique produzida para o Banco Mundial no âmbito das suas atribuições e visa proceder a um exame tanto qualitativo e quantitativo da evolução da pobreza em Moçambique. Especificamente, a pesquisa orientava-se fundamentalmente com base em duas grandes preocupações, nomeadamente a (i) pobreza e vulnerabilidade e (ii) os efeitos das políticas públicas. A análise dessas

preocupações integrava sempre a dimensão de género.

Equipe e Locais Cobertos pelo Estudo

O trabalho foi levado a cabo nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Gaza. Em cada província cobriu dois distritos: Lichinga e Mandimba (Niassa), Namapa e Angoche (Nampula), Quelimane e Pebane (Zambézia) e Chókwe e Mandlakaze (Gaza).

Utilidade do Estudo

O presente estudo fornece elementos que ajudam por um lado a perceber a natureza da pobreza, e em particular o impacto das políticas públicas sobre esse domínio social; e, por outro lado, as ligações existentes entre o crescimento, a pobreza e as desigualdades de género. Neste contexto, o estudo é um instrumento de reflexão e produção de propostas de intervenção relativas às fragilidades e constrangimentos por ultrapassar bem como às potencialidades e oportunidades por maximizar nas análises e acções visando a melhoria das condições de vida da população moçambicana.

Metodologia

Para o processo de recolha de dados foram produzidos instrumentos de recolha e de análise de dados de tipo qualitativo e participativo designadamente: guiões de entrevistas individuais semi-estruturadas em profundidade e guiões para discussão em grupos focais. Igualmente foi aplicado um inquérito de natureza quantitativa.

De forma complementar, foram usados métodos como a observação directa não estruturada e conversas informais. O trabalho de campo foi realizado numa única fase e foi antecedido por um estudo piloto que permitiu uma melhor avaliação dos instrumentos concebidos para a recolha de dados.

Os resultados obtidos pela equipa qualitativa foram cruzados com os da equipa quantitativa de modo a estabelecer pontos de convergência e/ou divergência. O objectivo deste exercício era de criar *inputs* para a planificação de futuras intervenções de luta contra a pobreza.

No geral, foram realizados durante o trabalho de campo 16 mappings, 128 entrevistas a agregados familiares, 90 entrevistas a informantes-chave e 36 grupos focais. Participaram no estudo um total de 648 entrevistados, dos quais 365 homens (56,3%) e 283 mulheres (43,7%).

Resultados Obtidos

A avaliação dos resultados realizada no âmbito desta pesquisa permitiu verificar que o índice de pobreza e vulnerabilidade tende a manter-se igual ou pior comparativamente ao dos últimos cinco anos.

A tendência geral resume-se na prática da agricultura e de pequenos negócios informais as quais estão hierarquizadas de acordo com o sexo em todos os distritos. À excepção das mulheres líderes de

agregados familiares, regra geral, as mulheres não têm um domínio considerável na gestão dos recursos provenientes das diversas actividades que realizam em prol da sua família. Aquelas, juntamente com as viúvas, idosos e órfãos são parte do grupo mais vulnerável nas várias comunidades estudadas. Nestas comunidades, de modo a mitigar os efeitos das secas e das inundações ou mesmo dos períodos de escassez, as populações vendem a sua força de trabalho na agricultura em troca de dinheiro ou alimentos, reforçam o comércio informal e, no caso dos distritos costeiros, a pesca.

Em alguns distritos, a migração para as zonas que oferecem maior oferta de emprego também constitui solução para ultrapassar os efeitos das calamidades. Algumas jovens tendem a casar-se como meio de garantir a sua sobrevivência.

A pesquisa revelou que o conceito de pobreza é diverso. Este conceito varia de acordo com os locais, com os informantes e com a percepção

individual no tocante à sua posição socioeconómica e à influência do sistema social onde as suas acções estão inseridas. Estes factores, no seu conjunto, resultam na impossibilidade de avançar com uma única definição de pobreza. Todavia, podem ser identificados certos traços comuns, pois as definições do conceito de pobreza ligam-se à elementos como a escassez de bens essenciais como o vestuário (sobretudo capulanas), a falta de dinheiro, à ausência de bem-estar, à incapacidade de acesso aos recursos produtivos. Igualmente, o conceito de pobreza diz respeito à elementos não tradicionais como a exclusão social (no acesso a serviços e infra-estruturas), o infortúnio, o isolamento e a solidão.

Estas percepções permitem-nos inferir que o conceito de pobreza está associado não apenas à posse de bens materiais e rendimentos mas, igualmente, às relações sociais mais estáveis, bem como à uma maior intervenção do Estado na provisão de condições económicas e sociais conducentes ao desenvol-



vimento dos indivíduos e do seu bem-estar.

Entre os elementos que se encontram envolvidos em situação de vulnerabilidade, destacam-se as seguintes categorias como homens e mulheres idosas, crianças órfãs ou abandonadas pelos seus progenitores (com maior incidência à componente paterna), mulheres viúvas ou divorciadas, as quais desempenham funções sociais de mãe e de chefes de agregados simultaneamente, mulheres solteiras e mulheres casadas com filhos abandonados pelos seus maridos, indivíduos de ambos os sexos portadores de deficiência física ou mental, indivíduos de ambos os sexos que sofrem de doenças crónicas inibidoras do exercício de alguma actividade.

Na perspectiva dos informantes, este grupo de indivíduos está marcado pelas características mais visíveis da pobreza, dado que está destituído de meios básicos de subsistência (comida, dinheiro, instrumentos de produção, mão de obra, até gado).

Em relação às mulheres tidas como as mais pobres sobressaem os aspectos ligados à ausência da figura masculina, “o ganha-pão”, responsável pelo bem-estar da família segundo as concepções vigentes, particularmente pela possibilidade dos homens poderem usufruir de um trabalho remunerado que possibilita a aquisição de alimentos e outros bens. Na verdade, a dependência em relação aos vizinhos ou parentes para a obtenção de comida no quotidiano acentua a vulnerabilidade e alimenta sentimentos de angústia e saudade em relação aos entes falecidos.

As causas da pobreza são diversas e podem ser agrupadas num conjunto de características predominantemente pessoais e sociais como sejam a morte do marido (para as viúvas), a saúde debilitada,

o alcoolismo, a falta de oportunidades e serviços, desemprego, falta de crédito, distorção do mercado (altos custos dos insumos agrícolas, mas baixos preços ao produtor), para além de causas ambientais e naturais como seja a seca ou as cheias. Ainda no que tange às causas da pobreza, a corrupção, o não respeito pelos cidadãos e seus direitos surgem igualmente com certa ênfase. Estes fenómenos limitam o acesso ao emprego e aos serviços que são devidos aos cidadãos, conduzem ao colapso das instituições estabelecidas para o bem-estar das comunidades e criam constrangimentos no acesso aos recursos.

Não obstante as mudanças ocorridas que tendem a uma melhoria no acesso a alguns serviços (educação, saúde, água) estas não tiveram um impacto profundo no quotidiano das comunidades, e na redução da pobreza. De facto, 70% dos chefes de agregados familiares da zona rural, sustentam que a pobreza aumentou em função do acentuado declínio da produção agrícola, inexistência de postos de trabalho (encerramento das fábricas), dificuldades de acesso ao crédito o que leva a inferir que devem ser empreendidos esforços redobrados para a transferência de maiores recursos e oportunidades às comu-

nidades estudadas. Na verdade, elas desenvolvem no quotidiano estratégias de sobrevivência e de gestão dos seus parques rendimentos ajustando-os aos seus níveis de consumo e de redistribuição. Homens e mulheres procuram obter receitas através de trabalho sazonal, (muitas vezes irregular) para fazer face ao ciclo da pobreza. Contribuem assim com o seu labor ou meios materiais para vencer as dificuldades de sobrevivência diária, estando assim em posição de se integrarem de forma activa e construtiva nas intervenções de desenvolvimento e de combate à pobreza absoluta.

Relativamente aos meios de vida, nas quatro províncias apuramos que no contexto rural a agricultura constitui a actividade básica que garante a subsistência da maioria dos agregados familiares. As outras actividades a que se pode fazer referência são:

- A pesca de pequena escala nas zonas costeiras (província de Namíbia e da Zambézia), lagos (província do Niassa), rios e lagoas;
- Comércio informal envolvendo redes locais e transfronteiriças. Esta actividade baseia-se em produtos de ordem diversa desde os agrícolas aos manufacturados;
- Criação de gado (bovino, suíno e



caprino), animais de capoeira, corte de lenha e fabrico de carvão para comercialização, fabrico de blocos e bebidas tradicionais também para efeitos de comercialização, fabrico de produtos artesanais (olaria, latoaria, escultura e objectos de adorno), exploração de moageiras e madeira;

- Recurso à migração nas cidades e nos países vizinhos, particularmente na África do Sul, Malawi e Tanzânia. No contexto urbano destaca-se o trabalho assalariado (indústria, serviços e comércio). Contudo, também desenvolvem-se no contexto urbano outras actividades das quais destacamos as seguintes:

- Comércio informal que também envolve redes locais e transfronteiriças;

- Pesca artesanal particularmente no Município de Angoche;

- Agricultura nas zonas peri-urbanas e distritos rurais vizinhos;

- Recurso ao trabalho migratório na África do Sul, em especial no Município de Chokwé.

Em termos de estratégias de mitigação e de sobrevivência durante os períodos difíceis destacam-se os seguintes:

- Recurso ao trabalho temporário em propriedades agrícolas particulares (ganho-ganho ou olimela [Zambézia e Nampula]), actividade também designada por xicoropo em Gaza);

- Colaboração e cooperação no trabalho agrícola no qual participam tanto as mulheres como os homens;

- Colecta de tubérculos nos rios, frutas silvestres e verduras, feita pelas mulheres e crianças, corte de madeira para o fabrico e venda de lenha e carvão. O corte da madeira é normalmente feito pelos homens.



As mulheres têm participado nas duas últimas;

- Trabalho temporário em mercados e lojas (carregamento de mercadorias), actividade regularmente feita pelos homens;

- Negócio ou comércio informal de produtos diversos desde os agrícolas até aos industriais, participam nesta actividade homens, mulheres e crianças;

- Imigração para as cidades e para os países vizinhos (África do Sul, Malawi e Tanzânia) particularmente entre as camadas jovens (homens e mulheres);

- Prostituição incluindo a infantil e recurso a esmola particularmente nas cidades. O problema da falta de oportunidades emprego assalariado foi destacado tanto no contexto urbano como no rural.

Contudo, convém assinalar que no meio urbano isto constitui um problema que deve ser equacionado devidamente, enquanto no meio rural sendo a agricultura a principal ocupação da população, a extensão rural, envolvendo as componentes da assistência técnica e formação devem ser tomadas

em linha de conta, a par de outros incentivos como o acesso ao microcrédito, facilidades na obtenção de insumos agrícolas, melhorias das vias de comunicação e dotação de uma maior capacidade de negociação dos camponeses com os operadores comerciais.

De forma geral, as populações das quatro províncias afirmam que o acesso a educação e a saúde foram as únicas duas áreas que atingiram melhorias. Tais melhorias devem-se a abolição de propinas no ensino primário, ao aumento do número de escolas (em alguns distritos) e a facilidade de ingresso para crianças desfavorecidas mediante a apresentação do certificado de pobreza. Os baixos custos para o acesso aos serviços de saúde também foram mencionados como positivos, embora a demora no atendimento e a escassez de medicamentos e de instituições de saúde próximas das zonas de residência tenham sido mencionadas (principalmente nas áreas rurais) como bastante problemáticas.

Ao nível da estrutura de poder, verificou-se que nas quatro províncias caracteriza-se pela coexistência entre a estrutura político-admin-

istrativa e as autoridades comunitárias. A primeira é caracterizada pela presença do secretário do bairro, o seu adjunto, o chefe do posto administrativo (chefes político-administrativos), e a última pelas autoridades comunitárias que por sua vez compreendem uma estratificação própria variando de local para local. No entanto, encontramos situações em que o membro da estrutura político-administrativa, desempenhava igualmente as funções de autoridade comunitária. Nos casos onde essas funções são desempenhadas por diferentes pessoas, a relação entre estas duas estruturas não é homogénea em todos os locais estudados. Nalguns locais, o secretário do bairro assume maior protagonismo em comparação com as autoridades comunitárias, enquanto noutros a situação é inversa.

No âmbito da política de descentralização levada a cabo pelo Governo de Moçambique e que visa tornar o distrito como pólo de desenvolvimento, encontramos instituídos em cada distrito onde decorreu a pesquisa o Conselho Consultivo do Distrito, órgão que integra representantes das localidades, dos postos administrativos, bem como figuras proeminentes do distrito. No entanto, esses órgãos são de criação recente nas províncias de Niassa, Zambézia e Gaza, mas elas já existem e funcionam na província de Nampula há mais tempo, dado que essa província acolheu a fase piloto da instalação das mesmas. A participação das mulheres e dos jovens nesses fóruns ainda é fraca. Em geral, as mulheres ou jovens fazem-se representar através das respectivas associações.

As instituições públicas mais importantes indicadas foram a escola, o hospital, o tribunal, a polícia comunitária, a Polícia da República (PRM) e o Posto administrativo. A maior parte dos entre-

vistados, referiu que não se sentia marginalizado relativamente ao acesso às instituições públicas e que não há diferenças de acesso entre homens e mulheres. Foi referido que tem havido encontros promovidos por membros tanto da estrutura político-administrativa

como pelas autoridades comunitárias, sendo que a forma como tais encontros são conduzidos varia de local para local, o que tem as suas implicações na forma como a participação comunitária é percebida de local para local, sendo que nuns locais ela é tida como passiva, mas noutros é activa.

Em termos de meios de informação para ter acesso sobre a dinâmica sociopolítica da comunidade os entrevistados no geral apontam as reuniões locais tanto com as autoridades comunitárias, como o governo local como o principal meio de informação, bem como os contactos inter-pessoais com os familiares, vizinhos e amigos.

No geral, constata-se que os meios de distribuição da informação ao nível da localidade e da comunidade estão aquém do desejado e a população enfrenta grandes dificuldades de acesso a informação importante à sua vida (por exemplo o acesso a informação sobre a legislação pertinente como a Lei de

Terras de 1997, a Lei de Família, a Constituição da República, a Lei

do Trabalho, o Regulamento de Uso e Aproveitamento da Terra), sobretudo sobre os seus deveres e direitos de cidadania. Este facto resulta da inoperância/actuação deficiente das autoridades governamentais locais na divulgação das referidas leis de forma sistemática e consequente, não obstante amiúde as autoridades administrativas recorrerem às reuniões públicas para providenciar informação à população respeitante a algumas orientações ou actividades dentro da comunidade. Apesar de nalguns casos existir a Rádio Comunitária, esta também não é usada como veículo para difundir aquelas matérias.

A introdução de autarquias no país é vista como sendo um facto que trouxe algumas melhorias em determinados aspectos como o fornecimento de água e energia. No entanto, ainda continuam a apontar-se problemas relacionados com o mau atendimento nas instituições públicas como um dos males que afecta as autarquias. Igualmente, os entrevistados referem a existência de falta de meios por parte dos representantes autárquicos para o desempenho cabal das suas obrigações.



Ciclos de Seminários de Arqueologia e Antropologia

No decurso do ano de 2009 os ciclos de seminários promovidos pelo DAA foram coordenados com o Centro de Estudos Africanos. Estes encontros continuam sendo de referência ao nível da FLCS e, até, de toda a UEM, destacando-se pela diversidade das temáticas abordadas e dos intervenientes oriundos de diferentes áreas disciplinares.

As várias sessões acolheram investigadores da UEM e de outras instituições nacionais e estrangeiras. Este espaço apresenta-se como um laboratório de afinamento e de análise dos dados das experiências de pesquisa. Ainda assim, e apesar do acolhimento do CEA e DAA aos vários investigadores, sentimos ainda a falta de um retorno do produto

final, concebido e amadurecido no nosso “campo de estudo”. Nesse sentido é objectivo da organização dos futuros ciclos incrementar a disponibilização dos textos apresentados, no intuito da sua divulgação prévia assim potenciando os dados de debate, bem como prover à sua publicação.

Ciclo de Seminários Interdisciplinares em Ciências Sociais e Humanas (2009)

Data	Orador	Tema	Instituição
PRIMEIRO SEMESTRE			
11 de Março	Mortien Nielsen	Apresentação da livro <i>“In the Vicinity of State. House Construction, Personhood, and the State in Maputo, Mozambique”</i> .	Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Copenhaga
18 de Março	Emídio Gune	Dominação Masculina? Outras Leituras sobre Sexualidade em Moçambique	DAA-FLCS-UEM
1 de Abril	Filimone Meigos	Artes Plásticas em Moçambique. O Artista, o Estado e o Mercado: uma convivência atribulada	Departamento de Sociologia-FLCS-UEM
15 de Abril	Armindo Ngunga	Educação Bilingue em Moçambique. Na senda da melhoria da qualidade de ensino.	Centro de Estudos Africanos - UEM
29 de Abril	Esmeralda Mariano	Cortes na Área Genital versus Mutilação, para o Tratamento da Infertilidade	DAA-FLCS-UEMe
13 de Maio	Jason Sumich	Construir uma Nação: Ideologias da Modernidade da Elite Moçambicana	Instituto de Estudos de Desenvolvimento, L.S.E.
	Teresa Cunha	Tecendo Margens no Oceano Índico. Paz, Justiça Social e Mulheres de Moçambique e Timor-Leste	Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
27 de Maio	Sandra Manuel	Pesquisando Sexualidade na Cidade: Problemas Metodológicos e o Posicionamento da Antropóloga	DAA-FLCS-UEM
SEGUNDO SEMESTRE			
14 de Agosto	Carmeliza do Rosário, e Emídio Gune	Lançamento do Livro: <i>“(In)Fertilidade, Fertilidade. Áreas Escondidas do Nosso Quotidiano?”</i> , de Esmeralda Mariano e Margarida Paulo	DAA/FLCS -UEM
26 de Agosto	Paulo Granjo	Gémeos, Albinos e Prisioneiros Desaparecidos: Contrato Social e Violência Política	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
09 de Setembro	Narciso Mahumane	Mobilidade, Transformação de Medicamentos e Embarços da Investigação Etnobotânica em Moçambique	Centro de Investigação e Promoção da Medicina Tradicional (CIPROMETRA)
21 de Outubro	Elísio Jossias	Identidades, Identificações e Noções de Pertença: uma reflexão a partir de Moçambique	DAA-FLCS-UEM
11 de Novembro	Carlos Arnaldo	Igrejas Ziones e Padrões de Nupcialidade em Chibuto. Alguma Relação?	CEA - UEM

Medicina tradicional aproxima-se da biomedicina

No âmbito das actividades do Programa DESAFIO – VLIR, de cooperação entre as universidades flamengas da Bélgica e a UEM, sob a

FLCS-DAA, decorreu durante o mês de Fevereiro (25-28) o seminário **“Identificando estratégias para uma articulação sustentável entre**

contou com o financiamento dos fundos da Cooperação Técnica Belga (BTC).

Este seminário envolveu profissionais de saúde, do sector biomédico (gineco-obstetras, clínicos gerais e enfermeiras de saúde materno-infantil) e do sector tradicional (ervanários e especialistas espirituais – os quais representavam várias associações, como a AERMO, a AVEMETRAMO, a AMETRAMO e a PROMETRA), bem como parceiras e indivíduos ligados a instituições, nacionais e internacionais, académicas e da sociedade civil.

Esta actividade teve continuidade, através de acções de formação para os profissionais da biomedicina e da medicina tradicional, acontecidas nas províncias de Maputo e de Gaza, as quais foram dedicadas a questões relativas à Saúde Sexual e Reprodutiva, (DTS, HIV, SIDA, Infertilidade e Violência Sexual).



12

coordenação de **Esmeralda Mariano**, responsável do grupo “Género, Saúde e Assuntos de Família” da

a medicina tradicional e biomedicina, no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, HIV e SIDA, o qual

“Antropologia em busca de Identidade”

- Afirma Professora Doutora Ana Maria Loforte

Esta entrevista com Prof^a. Doutora Ana Maria Loforte foi apresentada no primeiro número do “Gazeta”. Dado que esse surgiu apenas em versão informática, entendemos reproduzir alguns excertos para esta edição também impressa, atendendo ao seu interesse para uma visão sobre a reflexão antropológica em Moçambique. Aquando da apresentação da entrevista agora parcialmente revisitada, escrevemos:

“Encontramo-nos num momento de profundas mudanças e reformas institucionais na UEM e no sistema de ensino em Moçambique, onde novas demandas académicas e sociais, associadas ao crescimento do corpo docente, abertura de novos cursos, de graduação e pós-graduação, colocam ao DAA a necessidade de se reinventar.

A timidez e a discrição da disciplina antropológica em Moçambique, enquanto domínio ainda mal conhecido, são factores que só podem

ser compreendidos se tivermos em conta o percurso histórico do seu surgimento depois da independência. Severamente banida, porque conotada como arma de arremesso do poder colonial, revitalizada com o falhanço dos projectos sociais e económicos no mundo rural, torna-se hoje uma área importante quando se pretende compreender a realidade social do nosso país, fundamental quando se procura a todo o custo, por via da engenharia social, introduzir novas lógicas.

A história desta disciplina em Moçambique confunde-se com a história do DAA da UEM, sem contudo menosprezar outros centros interessados em Antropologia, caso da Universidade Pedagógica. A reflexão sobre o papel da Antropologia em Moçambique foi marcada pela realização do **“Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia”**, em 1982, que juntou especialistas moçambicanos e de outros cantos do mundo com interesses em pesquisa socio-antropológica no país.

Neste âmbito é ainda de recordar o artigo de **Fernando Manuel** intitulado “**Antropologia: uma poderosa faca de dois gumes**”, publicado em 1988 (REVISTA TEMPO, 25/12/88), no qual se abordava a história e o valor da Antropologia em Moçambique. Baseava-se então em entrevistas a dois antropólogos, **Ezequiel Pedro Gwembe e Iraê Batista Lundin**. O foco do debate era a aplicabilidade e utilidade da ciência antropológica para o desenvolvimento de Moçambique, visto na altura enquanto um campo científico estigmatizado pelo poder político em vigor e também por alguns cientistas sociais.

Com o intuito de obter uma visão panorâmica sobre este processo de afirmação da Antropologia no meio intelectual nacional que entrevistámos a Prof. Dra. Ana Loforte, docente-investigadora do DAA. Deste forma encetamos uma coluna dedicada a entrevistas com figuras que contribuíram para a afirmação da Arqueologia e para o (re)surgimento da Antropologia em Moçambique, com enfoque no período pós-independência, indagando sobre seus percursos históricos, evoluções teóricas e modalidades de prática de investigação, extensão e institucionalização.

A escolha de Ana Loforte para iniciar esta rubrica justifica-se pelo seu percurso biográfico que se confunde com a história do departamento, e da Antropologia em Moçambique. Ana Loforte teve a sua iniciação à pesquisa etnográfica quando ingressou na UEM em 1976, onde obteve o grau de bacharelato em História, sua formação inicial numa altura em que falar de pesquisa antropológica constituía um tabu. Efeito do facto de que as únicas referências que existiam na pesquisa antropológica eram algumas pesquisas anteriormente feitas sobretudo no contexto da administração colonial e algumas pesquisas feitas por estrangeiros. Foi então convidada pela Dra. Maria Leonor Correia de Matos, colabora-

dora do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM), para assistente de pesquisa no Distrito da Massinga (Província de Inhambane). A pesquisa incidia na recolha de hábitos e costumes do contexto linguístico tswua, e ainda na recolha de tradições orais sobre a origem deste grupo étnico. Após esta inicial experiência de trabalho de campo Ana Loforte, cativada pela possibilidades metodológicas assim contactadas, optou em definitivo pela Antropologia enquanto campo profissional. O seu percurso imediatamente posterior veio a incidir, muito em particular, sobre as temáticas relacionadas com os aspectos culturais e sociais das populações no Sul de Moçambique, designadamente sobre os padrões institucionalizados de comportamento, os sistemas simbólicos, as estruturas de produção e distribuição de recursos e as relações de poder.

Em 1982, no âmbito da leccionação da disciplina de “História de Moçambique” nos cursos de formação de professores e no propedêutico na Faculdade de Letras e de Educação, respectivamente, realizou uma pesquisa na mesma província, desta feita no distrito de Vilanculos. O objectivo era a recolha de informação para a elaboração do trabalho final para a obtenção de grau de licenciatura, que versou sobre o impacto nos agregados familiares da migração laboral masculina para a África do Sul. Começou aqui o enfoque nas relações de género, ao prestar atenção especial nas estratégias desenvolvidas pelas mulheres no âmbito destes contextos sociais.

O resultado da pesquisa permitiu ver que as mulheres constituíam os membros adultos estáveis e permanentes nos agregados familiares, acabando por serem as responsáveis pela sobrevivência económica das famílias no quotidiano, tendo em certos casos o poder de decisão sobre os rendimentos provenientes do trabalho assalariado.

É nessa mesma altura que conheceu **Christian Geffray**, antropólogo francês já falecido, com quem trabalhou no terreno, um percurso interrompido pela guerra. Da experiência de trabalho com Geffray bebeu o rigor metodológico e da aplicação das técnicas de pesquisa, para além da componente teórica para análise dos dados. O fascínio de Geffray pela Antropologia económica, de combinação do marxismo e do estruturalismo (sob influência de Claude Meillassoux), permitiu a análise da ligação entre os modos de produção e as estruturas de parentesco.

Ao longo de todo este processo Ana Loforte, entretanto integrada enquanto docente da UEM, acompanhou o nascimento da Secção de Antropologia, a qual veio a desembocar no actual Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA). Nas mesmas instalações onde se situa hoje o DAA desenvolviam-se pesquisas arqueológicas, que não tinham sido interrompidas com a independência, e as quais contavam, já então, com financiamento da SAREC. Em 1982 foi organizado um Seminário interdisciplinar de Antropologia, que contou com a participação de alguns antropólogos moçambicanos mas também com antropólogos estrangeiros que na altura desenvolviam pesquisas em Moçambique. Entre os quais serão de referir, em particular, **José Fialho Feliciano e Adolfo Yanez Casal**, sendo que este último desenvolvia então estudos antropológicos para a Direcção Nacional de Habitação sobre questões de organização do espaço das populações, particularmente os aspectos simbólicos na configuração da ocupação do solo, enfoque nas aldeias comunais no Norte de Inhambane.

O SEMINÁRIO DE 1982 COMO PONTO DE VIRAGEM:

Ana Loforte recorda que no momento político e intelectual de então, a afirmação da importância e da



14

"...À época as pesquisas antropológicas haviam sido banidas pela nova elite política, que passou a dirigir o país depois da independência..."

urgência dos estudos antropológicos em Moçambique, o desejo de abordar temas sobre as diferenças, as plurais identidades das sociedades, das culturas e dos homens como objecto de uma ciência emergiu como uma ousadia académica: contestava-se o papel da Antropologia num país independente e socialista como Moçambique, considerado o seu passado colonial. Criou-se uma certa polémica no decurso do seminário. As dúvidas quanto ao papel da Antropologia reapareciam deixando um rasto de desconforto e tensão intelectual sobretudo ao procurar-se demonstrar que os re-

sultados da investigação etnográfica podem ser transformados em contributos epistemologicamente válidos.

À época as pesquisas antropológicas haviam sido banidas pela nova elite política, que passou a dirigir o país depois da independência. Para agravar a situação, o desconforto com a Antropologia era sentido também por alguns académicos da altura. As pesquisas no domínio das ciências sociais nos primeiros anos da independência concentravam-se no CEA, sendo as áreas de pesquisa bem definidas e ligadas ao trabalho migratório, à problemática do desemprego, das cooperativas, à questão da Rodésia.

No início dos anos 1980 concluiu-se que os projectos de desenvolvimento desenhados desde a independência haviam falhado. Então esse insucesso generalizado foi atribuído ao

facto de a sua implementação não ter considerado a maneira de estar e de viver, os hábitos e costumes das populações, a diversidade das suas formas mentais, sociais e políticas. Esta foi a situação que fez renascer a ideia da importância da Antropologia, quando certos sectores da elite política começaram a perceber a necessidade de uma diferente e mais aprofundada compreensão das realidades sociais, porque antes: "(...) íamos fazendo algum trabalho, dávamos algumas aulas, mas éramos vistos um pouco como esses "bichos raros" à procura do "exótico", que se interessavam por questões que realmente não faziam muito sentido em Moçambique."

Na década de 1980, com a viragem verificada, a Antropologia passou a ser leccionada, por exemplo, na Escola de Estado e Direito, no Ministério da Administração Estatal, com a finalidade de ensinar aos Administradores a importância dos aspectos culturais para a sua formação e actividade prática no contexto da administração pública.

Ao nível académico também iniciou a leccionação da Antropologia nos cursos de História e Linguística, numa primeira fase, depois na Faculdade de Direito, Medicina e, posteriormente, começaram a surgir cursos de Antropologia não só na UEM mas também na Universidade Pedagógica, no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), e ainda recentemente no Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM) e Instituto Superior Politécnico Universitário (ISPU).

Na área de intervenção é de destacar as consultorias solicitadas por parte das Organizações Não Governamentais (ONG), ministérios, sobretudo Ministério da Saúde, solicitações ligadas ao programa de saúde reprodutiva, planeamento familiar, sexualidade entre outros

assuntos.

“...Com o surgimento da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS)... ganhou corpo a ideia de uma licenciatura em Antropologia...”

Entretanto, e num outro registo, a ligação entre pesquisa arqueológica e antropológica sempre constituiu a tradição do DAA, a qual se iniciou nos anos 1980 com pesquisas conjuntas sobre “origens urbanas em África”, na zona Norte de Cabo Delgado e em Inhambane no distrito de Vilanculos - Chibuene. Nos anos 1990 desenvolveram-se outros projectos conjuntos, também com financiamento da SAREC, virados para estudos das comunidades costeiras de Moçambique, sobre a utilização do espaço marítimo e costeiro com pesquisas arqueológicas e inquéritos às populações em relação a utilização desses mesmos espaços, seu impacto em termos de nutrição, estratégias de sobrevivência e o papel das mulheres na produção pesqueira de pequena escala.

Com o surgimento da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), agora fundida com a Faculdade de Letras para formar a actual Faculdade de Letras e Ciências Sociais, ganhou corpo a ideia de uma licenciatura em Antropologia a par das licenciaturas em Administração Pública, Ciências Políticas e mais tarde de Sociologia. O ensino específico da Antropologia veio colmatar uma necessidade então sentida, considerando-se então que, embora a disciplina partilhasse terrenos, objectos e problemáticas com outras ciências sociais, era necessário o seu desenvolvimento no país, tendo em atenção a sua especificidade metodológica e potenciais contributos.

À época o desenho do primeiro currículo de licenciatura contou com colaborações de alguns antropólogos provenientes da Inglaterra, dos Estados Unidos da América e de Portugal. Outra contribuição valiosa veio de antropólogos do DAA na altura em formação no estrangeiro e outros cientistas sociais integrados na UFICS.

SOBRE O CONTRIBUTO DA ANTROPOLOGIA ENQUANTO ÁREA DE SABER.

Para Ana Loforte a contribuição mais importante da Antropologia é o seu lado aplicado, ligado aos projectos de desenvolvimento, onde se julga que o papel dos actores sociais do desenvolvimento trouxe realmente um contributo importante. Trata-se de uma Antropologia virada para o estudo e análise das sociedades africanas e também

“...a Antropologia encontra-se bem encaminhada...”

para o entendimento dos aspectos ligados ao desenvolvimento. Isso pode ser verificado pelo interesse que começou a surgir em relação a leccionação de cadeiras de Antropologia a vários níveis e instituições, e não só na UEM.

A militância na defesa dos direitos das mulheres, a colaboração com a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) em debates organizados nos anos 1980 sobre aspectos relacionados com as culturas dos povos, ritos de iniciação, questões ligadas à poligamia, foram influências marcantes para aprofundar o debate sobre as relações de género.

Recorda ainda como determinante neste processo histórico de delimitação das dinâmicas da disciplina em Moçambique a colaboração com a Dra. Isabel Casimiro do CEA, pela qual foi organizado um encontro na UEM sobre a participação da mul-

her nas “Cooperativas de Produção”, tema muito importante porque na altura o movimento cooperativo constituía o paradigma de transformação social.

SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA ANTROPOLOGIA.

Encarando os prementes desafios do futuro poder-se-á considerar que a Antropologia se encontra bem encaminhada a avaliar pelo potencial dos docentes e investigadores juniores do DAA e pelas demandas, dos vários sectores da sociedade, de pesquisas antropológicas. No entanto, há que referir alguns aspectos críticos que podem fazer desviar esse potencial: o primeiro aspecto é a política salarial ao nível da UEM que faz com que os docentes sintam a necessidade de se envolverem em inúmeras tarefas para sobreviver; o segundo aspecto apontado é a falta de estímulo à pesquisa, o que não permite um envolvimento destes pesquisadores juniores no campo da investigação sistemática.

Em termos da implantação e reconhecimento da Antropologia na sociedade reconhece-se um crescente interesse e demanda pela contribuição antropológica em diferentes sectores da sociedade, casos da Antropologia aplicada aos problemas de desenvolvimento, estudos efectuados em relação à pobreza e género, ao HIV/SIDA, educação, entre outras áreas. Mas neste âmbito é necessário insistir na necessidade de um melhor aproveitamento académico do envolvimento dos antropólogos em trabalhos de consultoria. Mesmo reconhecendo que estes não são aliciantes do ponto de vista da duração da pesquisa (cerca de 3 meses), ela acredita que com um pouco mais de esforço por parte dos pesquisadores, a experiência de articulação com as organizações e o contacto com a realidade poderia alimentar o debate académico, na ausência de outras fontes de pesquisa.

ALGUNS RESUMOS DAS APRESENTAÇÕES NO CICLO DE SEMINÁRIOS

Tecendo Margens no Oceano Índico. Paz, Justiça Social e Mulheres de Moçambique e Timor-Leste

Teresa Cunha

Durante mais de quatro séculos, Moçambique e Timor-Leste, foram as duas mais distantes margens imperiais do poder português no longínquo Oceano Índico. Após as independências dos dois países estas margens parecem ter perdido qualquer relação para além do seu passado colonial.

Em primeiro lugar, é meu propósito tomar em consideração que o período colonial de Moçambique e Timor-Leste aconteceu num complexo e consolidado espaço transnacional, num mundo cultural sofisticado e numa economia integrada que constitui e alimenta rotas cosmopolitas de comércio, intercâmbios sociais e científicos, idiosincrasias, peregrinações e visões religiosas milenares, relações políticas de impacto planitário.

Assim, o Oceano Índico que se estende da Península Arábica ao Mar de Sunda parece ser do maior interesse para uma compreensão inovadora de um pensamento pós-colonial que envolva Moçambique e Timor-Leste.

Para além desta amplificação analítica, parece-me que a intencionalidade colocada em qualquer ensaio de descolonização do pensamento não pode subsumir, nela e de novo, as subjectividades e identidades sexuais e de género.

Ainda é dominante que as mulheres e a sua força e participação na história, as suas funções e tarefas nestas sociedades, as suas tecnologias de conhecimento, a sua capacidade de resistência e de criação, a sua própria existência tenham sido

e sejam ainda e, em grande medida, consideradas invisíveis, subalternas, de menor interesse e até, descartáveis. E, quando aparecem na superfície da história, nas ciências sociais ou estudos culturais, elas são mais vítimas do que energia humana, força, inteligência, actrizes e fazedoras indispensáveis das pluriversais e profundas realidades sociais e epistemológicas.

Pode-se assim dizer que neste quadro analítico, as mulheres têm sido criadas como uma dupla marginalidade: são mulheres, por um lado, e por outro lado, são as mulheres daquelas margens remotas do Grande Oceano Índico. Este é o quadro geral do projecto de investigação-acção que aqui se vem apresentar e colocar em debate.

Identities, Identificações e Noções de Pertença: Uma reflexão a partir de Moçambique

Elísio Jossias

A presente comunicação procura situar a possibilidade de pensar as identidades, identificações e a forma como os indivíduos e grupos elaboram e afirmam o seu sentido de pertença, para além das imputações étnicas, linhageiras, "tradicionais", culturais, territoriais e tantas outras categorias essencializadoras.

Esta reflexão surge ao constatar a recorrência com que uma boa parte dos estudos sobre a sociedade moçambicana usa o mapa etnolinguístico produzido há mais de dois séculos por influência de pesquisadores como Junod e outros ligados a interesses da administração colonial.

O mapa foi reforçado em pesquisas

realizadas em quase todo o século passado. Não sendo esta abordagem em si problemática, ela falha ao não dar conta das dinâmicas actuais das formas de representação da noção de pertença nos vários contextos societais. Se pensarmos que a colonização, a FRELIMO e o seu projecto de construção da nação, a guerra e a "ideologia do desenvolvimento", são processos que transportam consigo normas, valores e práticas, com influência no processo de transformação económica, política, social e económica da sociedade moçambicana, porque continuarmos a pensar em termos de etnias e território enquanto formatadores das identidades locais?

Construir uma nação: Ideologias de Modernidade da Elite Moçambicana

Jason Sumich

O presente artigo analisa a importância, para a elite moçambicana politicamente dominante, de uma ideologia de modernidade unificadora. Argumento que esta ideologia de modernidade constitui uma categoria «nativa», sendo utilizada pelas elites para reivindicarem o seu poder social e legitimarem as suas posições de privilégio perante a sociedade em geral. Não se trata de uma ideologia estática, mas antes profundamente enraizada nos antecedentes sociais da elite durante o período colonial e que acompanhou as transformações resultantes da independência do país. Aquilo que foi em tempos um projecto autoritário, mas potencialmente emancipatório, de recriação da nação, está hoje firmemente confinado às próprias elites e a antiga base do nacionalismo tornou-se cada vez mais um indicador de estatuto e de diferença social.

Educação bilingue em Moçambique: Na senda da melhoria da qualidade de ensino

Armindo Ngunga

Moçambique é um país multilingue onde a língua portuguesa, a língua oficial, coexiste com muitas outras línguas moçambicanas. Todavia, não obstante o facto de a maioria da população não a falar o português este tem o domínio total da comunicação oficial nas esferas política, económica, da educação formal e da administração do estado. A presente comunicação visa, essencialmente, três objectivos:

i. Discutir o impacto na sociedade moçambicana do uso das línguas moçambicanas no ensino; ii. Reflectir sobre alguns pontos referentes ao papel que cada um dos actores no processo educativo deve desempenhar para o sucesso deste empreendimento; iii. Demonstrar que as línguas moçambicanas têm uma contribuição inquestionável na garantia do sucesso do ensino básico e, conseqüentemente, de todo o sistema de educação em Moçambique; iv. Mostrar que o uso das línguas moçambicanas no ensino é um passo crucial na senda da moçambicanização da escola moçambicana.

Para responder a estes objectivos a comunicação organiza-se da seguinte maneira:

1. Introdução;
2. A paisagem linguística de Moçambique;
3. O adiamento do uso das línguas moçambicanas no ensino;
4. As línguas moçambicanas no ensino;
5. A pesquisa científica como motor de desenvolvimento;
6. Conclusões.

ARTIGO A SER PUBLICADO BREVEMENTE NA REVISTA DO CAP/FLCS/UEM

Biografia, Memória e Afirmção da Moçambicanidade

Elísio Jossias - elísio.jossias@uem.mz

O nacionalismo difundido pela Frelimo, antes e depois da independência, permite olhar para a identidade nacional em Moçambique como um processo histórico e eminentemente político-ideológico. No entanto, mais do que usar este argumento para negar a existência de uma identidade nacional moçambicana sugere-se, com base na reflexão aqui feita, uma análise centrada na forma como os indivíduos se apropriam e articulam, discursivamente, as categorias que sustentam a construção desta

mesma identidade. Este artigo é retirado da minha dissertação de mestrado, tendo a pesquisa que a deu origem sido baseada na recolha e análise das narrações dos percursos biográficos dos Deficientes moçambicanos das Forças Armadas Portuguesas (DFA), o que é sustentado pela ideia de que a identidade se constituiu como factor de (auto)reconhecimento e de posicionamento perante as várias categorias definidoras da identidade moçambicana.

A tradição do festival DOCKANEMA 2009

As instalações da FLCS foram um dos palcos em que decorreu esta iniciativa anual. O evento congregou uma vez mais estudantes e docentes de Antropologia, proporcionando a visualização de múltiplas realidades mundiais, em particular respeitantes a ambientes políticos e sociais. Particular relevo assumiram as abordagens documentais às questões do HIV-SIDA, pelas quais foram evidenciadas vivências similares e contrastes entre Moçambique e outros contextos internacionais, muito em particular o Brasil.

A aproximação a registos documentários de diferentes origens ofereceu um espaço ao público académico, o qual foi propício à sistematização de dúvidas e inquietações anteriormente observadas, e para um debate em seu torno. As cenas observadas no ecrã da FLCS, bem como nos

outros espaços que albergaram o festival, possibilitaram a muitos de nós uma abordagem comparativa face aos contextos anteriormente vividos e, conseqüentemente, a um esforço de indagação sobre o enquadramento dos saberes face às realidades documentadas. Num outro prisma, é de notar que o envolvimento crescente dos estudantes e docentes de Antropologia e Arqueologia neste festival anual revela uma abertura e um maior reconhecimento das possibilidades que o cinema documental apresenta como meio de comunicação, científico e didático.

De sublinhar que Ruy Duarte de Carvalho, antropólogo, escritor e cineasta angolano, foi um dos destacados convidados desta edição do Docknanema, tendo acompanhado uma extensa apresentação das suas obras cinéfilas.

Secção de Arqueologia - 2009

Várias actividades foram realizadas pela Secção de Arqueologia no presente ano de 2009. Grande parte das actividades esteve relacionada com docência, investigação e extensão em diferentes pontos do país. De referir que grande parte dos membros da Secção de Arqueologia encontram-se também em formação a nível de Mestrado e Doutoramento.

Pastores” e também sobre os **“Caçadores e Recolectores”** na mesma região. Estas investigações visam conhecer melhor a pré-história da região do Baixo Zambeze que é rica em estações arqueológicas que vão permitir melhor conhecimento sobre a pré-história da região centro de Moçambique. A pesquisa foi efectuada durante os meses de Julho e Agosto.



Fortaleza de Marromeu

Hilário Madiquida Docência no DAA



Docência da cadeira de “Espaços Recursos e Cultura de Moçambique” no curso de História. Lecção das cadeiras de

18 “Introdução à Arqueologia” e “Pré-História da Humanidade” no curso de Antropologia.

Investigação e Extensão

Pesquisas na região do Baixo Vale do Zambeze sobre as **“Primeiras Comunidades de Agricultores e**



Escavação no Baixo Zambeze

Albino Jopela

Docência no DAA

Docência na cadeira de “Espaços, Recursos e Cultura em Moçambique, 0-1600”, inserida no currículo de licenciatura em História na FLCS (Fevereiro a Julho).

Investigação e Extensão

Colaboração do DAA com a Direcção Nacional da Cultura (DINAC). Facilitador no Curso sobre o Processo de Candidatura e Gestão de Sítios do Património Mundial para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado em Moçambique nas cidades de Pempa

e Ilha do Ibo (31 de Agosto - 11 de Setembro).

Participação na elaboração e publicação de materiais didácticos sobre a gestão do património cultural em Moçambique, nomeadamente, as brochuras sobre as estações de Manyikeni e Chibueni (Março a Abril).

Participação na elaboração do Plano de Gestão do Património Cultural da Ilha de Moçambique Património Mundial da Humanidade (desde Junho).

Preparação do dossier de candidatura do Arquipélago das Quirimbas para a sua inserção na Lista de Património Mundial da Humanidade,

coordenada pela UNESCO.

Colaboração na elaboração dos planos temáticos e analíticos para



Prospecção de arte rupestre em Chimanimani (Manica)

o novo currículo da licenciatura em Arqueologia.

Cursos e Conferências

Apresentação do artigo *"Relating to other voices and actors in cultural heritage management in central Mozambique: a case study of the traditional custodianship of rock art sites in Manica District"* na 2ª Conferência *"Inclusion and Exclusion in Higher Education"* (SANORD), decorrida na Universidade de Rhodes em Grahamstown, (7-9 Dezembro de 2009).

Participação no **Curso sobre a Nomeação de Bens Culturais** na Lista do Património Mundial da UNESCO, decorrido no Lesotho.

Solange Macamo

Docência

Docência nas cadeiras de "Espaços, Recursos e Cultura em Moçambique, 0-1600" e "Património Histórico e Artístico de Moçambique" no curso de História. Investigação e Extensão. Publicação de artigos científicos na área da gestão do Património Cultural de Moçambique



Escavação do abrigo rochoso de Nhandegwe (Songo – Tete 2009)

Kátia Filipe

Docência no DAA

Contribuição para elaboração do plano curricular da licenciatura em Arqueologia. Elaboração do plano temático e leccionação da disciplina de "Património Histórico e Artístico de Moçambique", no curso de História.



título *"Community based cultural heritage management: a stepping stone towards sustainable cultural tourism. A case study of Vilanculos. Inhambane Province, Southern Mozambique"*.

Investigação e Extensão

Publicação de uma comunicação na revista *"African Archeological Network"* (volume VIII) com o

Assistentes

No ano lectivo de 2009 a secção de Arqueologia teve dois assistentes, nomeadamente: **Mussa Rajá** e **Omar Madime**. Ambos colaboraram nas actividades de docência e investigação e ainda na elaboração do currículo de Arqueologia, licenciatura a inaugurar a breve prazo.

Décio Muianga

Docência no DAA

Docência das disciplinas de "Espaços Recursos e Cultura de Moçambique" no curso de História, e de "Introdução à Arqueologia" e de "Pré-História da Humanidade" no curso de Antropologia.

Colaboração na elaboração dos planos temáticos e analíticos para o novo currículo de Arqueologia.

Investigação e Extensão

Pesquisas na região de Cahora Bassa, subordinada ao objectivo de exploração do rio Zambeze enquanto fronteira na Arte Rupestre bem como na Idade da Pedra Superior da região de Cahora Bassa. Esta pesquisa pretende providenciar melhor conhecimento dos primeiros habitantes da região e compreender como a barreira física afectou a cultura material da barragem de Cahora Bassa. Assim, este projecto vai permitir conduzir a pesquisa arqueológica na região centro do país numa nova direcção e estabelecer a natureza e extensão da variabilidade da cultura material da Idade da Pedra Superior em Moçambique.

Conferências

Apresentação de um artigo científico intitulado *"Romo Re Nguruwe rock art site in Manica District and the rock art in Central Mozambique"* na 2ª Conferência *"Inclusion and Exclusion in Higher Education"* (SANORD), decorrida na Universidade de Rhodes em Grahamstown, (7-9 Dezembro de 2009).



Programa **Desafio**

Programa de Desenvolvimento em Saúde Reprodutiva, HIV/SIDA e Assuntos de Família através da Investigação Multidisciplinar Inter-universitária

Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique
Universidades Flamengas, Bélgica



Tema Central: “Saúde Reprodutiva e HIV/SIDA”

